

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.193 - SC (2018/0200204-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO** : **MARIA ELIZA DE OLIVEIRA SCHWOCHOW**  
**ADVOGADO** : **ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR082320**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. REVISÃO DE BENEFÍCIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR PREVIDÊNCIA PRIVADA. INTERESSE DE AGIR. ARTIGOS 485,VI DO CPC/2015 E 346, III DO CC/2002. REVISÃO DE CÁLCULO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 35):

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. BENEFÍCIO COMPLEMENTAR. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DIFERENÇAS PRETÉRITAS. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Independentemente de o segurado manter relação jurídica com previdência privada, não significa depreender que não tenha interesse em revisar seu benefício previdenciário, devido à relação jurídica que mantém com o INSS. São obrigações entre relações jurídicas distintas. Ou seja, a relação mantida pelo segurado com previdência privada não altera as obrigações do INSS para com o beneficiário.

2. A revisão do benefício do segurado implica, consequentemente, no pagamento de eventuais diferenças independentemente de receber complementação do benefício por previdência privada. 3. Trata-se de hipótese decidida com força vinculante pela Seção Previdenciária desta Corte nos autos do Incidente de Assunção de Competência nº 50110274920154047200. 4. São devidos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor do excesso apontado em cumprimento de sentença, caso dos autos.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega inicialmente violação dos artigos 1.022, I e II, e 1025 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 485, VI, do CPC/2015 e 346, III do CC/02, sob o argumentos de que a recorrida não tem legitimidade quanto ao pedido de pagamento das diferenças pretéritas decorrentes da revisão da RMI, pois já

recebera o valor correto do seu benefício, ainda que por meio da complementação (fls. 68-69).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 85-86.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não se pode conhecer a alegada violação ao art. 1.022, I e II, do CPC/2015, porquanto nas razões do recurso especial cinge-se à alegação genérica de violação, sem indicar o ponto omissis e aduzir respectiva argumentação, a fim de demonstrar a relevância da questão para o correto deslinde da causa, situação essa que não permite a exata compreensão da controvérsia o que atrai o óbice da Súmula 284/STF. A propósito:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissis, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

(...)

(AgRg no REsp 1.450.797/RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 11/6/2014)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013. (AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 1ª/7/2014, - destaque no original).

Por outro lado, a tese recursal fundamentada nos artigos 485, VI, do CPC/2015 e 346, III do CC/2002, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que (fls. 31-33):

A sentença de primeiro grau (evento 22) condenou o INSS a revisar o benefício de pensão por morte da exequente (NB 129.199.488-0), mediante a revisão do benefício originário (NB 083.594.392-5) de que era titular seu

falecido marido, mediante a aplicação dos tetos estabelecidos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003.

O Tribunal Regional da 4ª Região (evento 33) manteve **a sentença a quo no tocante à revisão pretendida, transferiu para a fase de cumprimento de sentença a forma de cálculo dos consectários legais, adotando-se inicialmente o índice da Lei 11.960/2009, e majorou a condenação dos honorários advocatícios para 10% sobre o valor das parcelas vencidas. O feito transitou em julgado em 06/02/2017.**

Baixados os autos, o exequente apresentou execução no valor de R\$ 196.895,93 (R\$ 180.449,24 de principal e R\$ 16.446,68 de honorários advocatícios) (evento 43).

Inconformado, o INSS opôs a presente impugnação.

Não prospera a insurgência do INSS de que nada é devido ao exequente em razão da suplementação da aposentadoria pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, pois as relações jurídicas existentes entre o INSS e exequente/Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil são distintas, não podendo ser alegadas uma em prejuízo da outra. No presente processo está em debate exclusivamente a relação jurídica mantida entre o INSS e o segurado, tendo este legitimidade ativa e interesse em buscar as diferenças devidas de seu benefício.

[...]

A decisão liminar tem o seguinte teor:

Sem razão o agravante.

A questão sub iudice foi dirimida recentemente na 3ª Seção desta Corte com o julgamento, em 29/11/2017, do Incidente de Assunção de Competência nº 5051417- 59.2017.4.04.0000 pela 3ª Seção deste Tribunal Regional Federal da 4ª Região, **restou decidido que, além do interesse processual do segurado na revisão, tem direito ao pagamento das diferenças devidas do benefício previdenciário que é complementado por entidade de previdência complementar.**

A propósito, o acórdão está assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. BENEFÍCIO. REVISÃO. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. INTERESSE DO SEGURADO.

1. As relações jurídicas existentes entre o segurado e o INSS e entre o primeiro e a entidade de previdência complementar são distintas. O contrato celebrado entre o particular e a entidade não interfere nas obrigações legais do INSS perante o mesmo segurado.

2. Fixada em assunção de competência que há interesse processual do segurado na revisão, com o pagamento das diferenças devidas, do benefício previdenciário que é complementado por entidade de previdência complementar.

Portanto, inexistem razões para reformar a decisão recorrida.

Por fim, quanto aos honorários advocatícios, também não procede a irresignação do INSS, porquanto são devidos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor do

excesso apontado em cumprimento de sentença, caso dos autos (AG 5027027- 25.2017.4.04.0000, rel. Juíza Federal Tais Shilling Ferraz, 6ª Turma, julgado em 26/7/2017).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.

Não vindo aos autos fato novo capaz de ensejar alteração nos fundamentos exarados na decisão preambular, adoto-os como razões de decidir.

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ERRO MATERIAL. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM DE OFENSA À COISA JULGADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTOS INATACADOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Não comporta conhecimento o presente recurso ante o óbice imposto pelo enunciado 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, aplicada, mutatis mutandis, ao caso sob exame, conforme pacífico entendimento desta Corte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

2. Obiter dictum, inviável aferir a existência de erro material já afastado pelo Tribunal de origem, porque demanda reexame das provas, o que é vedado a esta Corte Superior, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. Precedente.

3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 757870/PR, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora convocada do TJ/PE), Sexta Turma, DJe de 26/3/2013).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator